

# O DIÁRIO DE UMA VIAGEM A TIMOR: ISABEL TAMAGNINI

## Introdução

O Diário de uma Viagem a Timor (1882-1883) descreve o itinerário de Isabel Pinto da França Tamagnini, entre Singapura e Díli.

O Diário oferece uma representação peculiar da cultura asiática e das suas mulheres, através do olhar de uma europeia cuja formação e mundividência em pouco ultrapassavam a esfera doméstica e religiosa.

A escrita de Tamagnini reflecte a sensibilidade de um estrato privilegiado da sociedade, que considerava a escrita feminina como um passatempo tolerável de senhoras prendadas.

Tamagnini afirma claramente que a sua produção e recepção devem restringir-se ao círculo da família e amigos, pois ela mesma o considera um texto recreativo e impressionista.

Tamagnini compõe uma representação subjectiva de uma realidade 'exótica' e dos seus actores, recordando a noção de 'orientalismo' de Edward Said.

O olhar de Tamagnini é dominado pela pertença a uma elite etnocêntrica e produz um texto crítico, simultaneamente confessional e moralizador. Tamagnini parece viajar através de espaços de socialização aristocrática, mais do que através de geografias e culturas. Mas o espaço urbano é progressivamente substituído pelo território 'selvagem', à medida que a viagem se aproxima do destino.

o Diário funciona como texto paradigmático, se bem que por vezes irreverente, de uma representação etnocêntrica da colónia, dos agentes coloniais e 'seus' colonizados, com especial atenção à descrição dos 'tipos' femininos observados ao longo desta Viagem a Timor.

## 2. O estatuto sócio-cultural da mulher.

Na sociedade portuguesa do século XIX, a liberdade física e intelectual da mulher encontrava-se severamente limitada e os seus conhecimentos reduziam-se às artes de bem receber e às prendas domésticas: labores, desenho e pintura, um pouco de francês, piano e canto, ou seja, o necessário para animar os salões ou os saraus familiares.

A questão da instrução feminina tinha sido já reconhecida por alguns sectores mais avançados da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX, como um factor de progresso social. função tradicional da mulher enquanto educadora e responsável pela formação da primeira infância. só habilitá-la para o cumprimento da missão de mãe de família .

Sabemos que Isabel Tamagnini teve em casa bons mestres e aprendeu bem literatura e línguas. Em Díli, tem lições privadas de Inglês com um médico formado em Bombaim. De resto, as suas actividades motivam os constantes lamentos de "secco-me horrivelmente" e limitam-se

a um ou outro trabalho de costura e culinária, passeios e conversas, idas à missa e à observância rigorosa do calendário religioso.

A subalternização estrutural da mulher reflecte-se naturalmente no panorama literário, onde é visível a auto e hetero-desvalorização da mulher enquanto autora ou “detentora de autoridade”. Uma das atitudes mais comuns, que reflecte simultaneamente a subalternização e o medo da diferença, é o medo do ridículo, que Isabel Tamagnini também exprime no seu Diário.

Contudo, uma vez que este Diário não passará – nas palavras da própria Isabel Tamagnini – de uma “diversão” inconsequente, a partilhar com um restrito público feminino e familiar, ele encontra-se a salvo do ridículo inerente à mulher-autora e à sua selecção de narrativas.

A subalternização estrutural da mulher no campo literário encontra-se simbolizada no carácter “feminino” da tradução, tropismo historicamente persistente e relacionado com a distinção entre actividades produtivas e reprodutivas.

No século XIX, encontramos um número considerável de traduções anónimas mas inequivocamente da autoria de mulheres. A autoria dúbia espelha os constrangimentos sociais, políticos e culturais da época, traçando as fronteiras dos estreitos territórios que as mulheres estavam autorizadas a ocupar ou para os quais eram remetidas. Tal como as traduções, também as mulheres foram ao longo dos tempos conotadas com fragilidade, traição e subalternidade. Este arquétipo da feminilidade da tradução reflecte-se na total ou parcial invisibilidade das tradutoras, que escrevem sob pseudónimo ou com nomes reduzidos cripticamente a iniciais ou nomes de baptismo, para não comprometer nem expor o nome da família.

O Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro é um espelho fiel das preferências e talentos literários dos seus leitores e colaboradores. Uma vez que se tratava de um almanaque que agradava pelo entretenimento leve e pela informação variada, os seus editores tinham grande cuidado em evitar qualquer tipo de polémica religiosa ou política, através de uma prática declarada de censura a todos os textos que não respeitassem a neutralidade que era exigida como um dos critérios principais de publicação

O Almanach cumpria a missão didáctica de ensinar às mulheres o seu papel e lugar na sociedade .

### 3. Identidade e auto e hetero-representações.

A narrativa de Isabel Tamagnini resulta de um sentido pessoal da identidade que inclui sentimentos conscientes e inconscientes, motivações racionais e irracionais, crenças e valores,

e todos os factores que constituem o contexto social de experiência desses sentimentos e motivações, como a idade, a nacionalidade ou o género

Quase todas as identidades localizam-se em relações de poder, na oposição binária 'nós' versus 'eles', 'norma' versus 'desvio', 'nosso' versus 'outro'. Identidade e diferença implicam sempre inclusão e exclusão, radicando na criação de estereótipos, uma estratégia eficaz de manutenção da ordem social e simbólica. E quanto mais flagrantes são as desigualdades de poder (como no caso do colonialismo ou da sociedade patriarcal) maior é o rigor das categorias identitárias e a incidência dos estereótipos.

As categorias identitárias classificam e categorizam: ser-se identificado como "oriental" é ser-se identificado como "não-europeu", "não-cristão", com tudo o que isso implica no século XIX. Para Tamagnini, a matriz, o paradigma de inclusão/exclusão é a aristocracia lisboeta, com suas práticas e valores. E, mais uma vez, a construção linguística – a narrativa – funciona como marcador simbólico da "diferença", do "exotismo", do "orientalismo", para utilizar a categoria de Edward Said.

Se a identidade é pertença, "ter em comum", "aquilo que diferencia", então:

No Oriente de Tamagnini não há pertença, não há localização, não há estabilidade, fora do grupo familiar e religioso.

As narrativas pessoais nunca são simples reflexos da realidade vivida, são antes mediadas pela necessidade de representar o indivíduo como possuindo um certo sentido de identidade e controlo. Note-se no texto a narrativa à-posteriori da morte dos dois irmãos de Tamagnini (Maria Anna e Henrique), num discurso muito contido e pleno de resignação cristã; por contraste com a proximidade emotiva na narrativa quase "em directo" da morte de Jacinta, a velha governanta da família, a bordo do navio no regresso.

#### 4. Representações do Espaço Colonial.

De que forma a identidade da mulher "civilizada" e subalternizada se intersecciona com o espaço colonial "selvagem", mas também ele subalternizado?

A representação do Oriente de Isabel Tamagnini nunca é neutral:

A narrativa de viagem cria os seus retratos de outras culturas expressamente para consumo doméstico. Há sempre uma dimensão ideológica, pois o viajante encara essas culturas "outras" a partir de um ponto de vista externo, do estrangeiro, que escreve para um público interno, doméstico.

Obrigada a ser viajante, Tamagnini está armada e cativa de modelos sócio-culturais apriorísticos, contestatários da sua própria independência intelectual porque são agentes modelantes do seu pensamento. Na sua escrita destaca-se a reprodução imediata de sensações visuais, a instantaneidade do impressionismo e uma certa ingenuidade bem-humorada.

E como representar e comunicar ao leitor doméstico e feminino (as “primas e íntimas amigas”) práticas culturais tão distantes e desconhecidas?

Para interpretar o mundo, necessitamos de uma rede de significados que nos possibilite conceptualizar e representar pessoas, objectos, sentimentos e acontecimentos, de modo a que estes façam sentido. Quando encontramos um conceito desconhecido na nossa cultura, para o comunicarmos teremos de o relacionar com algo semelhante que já exista na nossa cultura, para o podermos classificar como “parecido com / diferente de”. É o caso da narrativa do casamento chinês em Singapura, em Abril de 1882. Uma vez que Tamagnini não possui um termo de comparação absoluto na sua cultura, recorre à descrição minuciosa da cerimónia, comparando eventualmente alguns objectos e rituais com os seus homólogos europeus, em termos de semelhança/diferença.

O território de Tamagnini é, por excelência, a cidade, o hotel, o passeio elegante, o salão e suas práticas ritualizadas, apesar de por vezes tão descontextualizadas. Como se percebe na detalhada descrição da soirée e do cotillon a bordo (82/85), nas inúmeras conversas e visitas, nos passeios de carruagem, nas ofertas de flores e lembranças, nos brindes e “protestos de amizade”, tantas vezes merecedores de curiosos comentários paralelos sobre a “imensa secca” e “grande massada”.

No vasto e desconhecido espaço do Oriente, Tamagnini e a sua comitiva tentam – muitas vezes em vão – reconstruir os seus territórios europeus e “civilizados”, consoante as circunstâncias financeiras, sociais e geográficas. Na longínqua Díli, a Igreja e as suas festividades são o derradeiro bastião civilizacional fora da esfera familiar.

A predilecção por um determinado espaço – ou seja, a identificação com esse espaço – mede-se pela sua proximidade à matriz Europeia, como nos casos de Amboina, nas Molucas (“Amboina é uma cidade bonitinha e está bastante adiantada: há bastante gente europeia. Há muitas casas de pedra e cal”, 68); Menado, no norte de Sulawesi (“está tudo muito limpinho. Tem casinhas muito bonitinhas [...] todas com seus jardins muito tratadinhos”, 69); e, claro, Singapura (“Cada dia gosto mais de Singapura, é alegríssima e já me cheira um pouco a Europa. Durante todo o dia e noite há pelas ruas grande movimento”).

## 5. Representações da Mulher.

No âmbito deste estudo, a análise do itinerário cultural de Tamagnini culminará naturalmente na representação que constrói da mulher asiática, subalterna entre os subalternos, e também na representação da europeia não-portuguesa, também ela “outra”, diferente do paradigma, se bem que em menor escala.

Derrida demonstrou como a construção de uma identidade é sempre baseada na exclusão e na violenta hierarquização dos pares dicotómicos resultantes, como nos binómios “homem/mulher” ou “branco/negro”

Isabel Tamagnini descreve e cataloga de forma semelhante os tipos femininos com que se depara, num claro processo de hierarquização, reflexo da atitude colonial e imagem da própria subalternização da mulher ocidental na sua sociedade de origem.

Ao categorizar e descrever – sempre com recurso à comparação com o paradigma da aristocracia lisboeta, que dita a inclusão/exclusão na norma – Tamagnini não procura conhecer nem compreender novas vivências. Apenas descreve, comenta e, principalmente, parodia. O “Oriente” é para ela uma curiosidade exótica, um divertimento.

Mas é ao chegar a Timor que a perspectiva etnocêntrica de Isabel Tamagnini se revela em toda a sua força, ao descrever com minúcia os mais pequenos detalhes de indumentária e de comportamento social dos nativos, merecedores de longos parágrafos de sátira e comparações animalizantes.

Os hábitos culturais da mulher de Timor são simplesmente ignorados, pois nem mesmo são dignos de observação ou de comentário. Algo semelhante sucede com tudo aquilo que transcende a mera aparência, uma vez que não houve nunca um convívio directo, afectivo e continuado com os habitantes locais nem com qualquer elemento exterior ao círculo dos funcionários coloniais europeus.

Como se constata, não ocorrem tentativas de aproximação ou de conhecimento fora do grupo europeu, nem durante a viagem nem na estadia de um ano em Díli. O isolamento é declarado nos apontamentos.

Mas Tamagnini também reconhece cruel “selvajaria” aos Europeus, tal como aponta com veemência ao afirmar repetidamente o “nojo” que lhe causam as intrigas (e seus autores) de que o seu tio e padraсто, o Governador Bento da França, é alvo (57); ou quando descreve os degredados de origem europeia em Timor e as insolências dos soldados levados a tribunal de guerra, nessa distante colónia.

Existem momentos de grande irreverência, em que a sátira se estende à própria administração colonial e seus agentes, até aos seus eventuais companheiros de viagem. A sátira ao homem europeu é feroz quando o comportamento no salão escapa às rígidas regras da etiqueta, ou quando nota falhas nos imperativos sociais do trajar, dançar, visitar e conversar. Para Isabel Tamagnini, os dois alferes portugueses presentes num jantar em Díli são “gebos”, “muitíssimo estúpidos”, “sensaborão”, “pobre palerma”.

Contudo, também aprecia o valor dos homens que sabem dominar os rituais da sociedade:

“Dancei com quási todos, o meu primeiro par foi o official russo. Fala muito bem francez e pareceu-me bem educado, valsou muito bem a dois tempos” (9); “Temos vários companheiros, sendo alguns bastante brutos typos, outros muito elegantes, amáveis, doces” (76); “dois hespanhoes que são muito nossos companheiros, rimos muito com elles, parecem boas pessoas e são bem educados”

## Conclusão:

Estamos perante uma representação colonial no feminino, bem distinta das habituais representações coloniais masculinas, homófobas e misóginas. A perspicácia de Tamagnini na apreensão do detalhe familiar, religioso, comportamental, ético e estético encontra-se totalmente alheada das duras realidades políticas e económicas da administração da colónia.

No entanto, não esqueçamos que este Diário e a sua autora se inserem no contexto sócio-cultural feminino da segunda metade do século XIX português, em geral, e das primeiras famílias de funcionários coloniais destacados para a longínqua Díli, em particular.

- a) “construção social da identidade”
- b) “estruturas de pensamento”
- c) “actor social”
- d) “representação”
- e) “discurso”
- f) “essencialismo”
- g) “civilização”
- h) “tradução intercultural”

aos estudos de caso patentes em:

2. A Lady's Visit to Manilla and Japan, Anna D'Almeida (1863)
3. Diário de uma Viagem a Timor, 1882-1883, Isabel Pinto da França Tamagnini.

## MATÉRIA APLICADA:

**5. Desenvolva a experiência intercultural de Anna D' Almeida (narrada em A Lady's visit to Manilla and Japan, 1863) e o Diário de uma viagem a Timor de Isabel Tamagnini. Aplique conceitos como "construção social da identidade", "representação", "discurso", "essencialismo", "estrutura de pensamento", "civilização", "tradução intercultural".**

- **Construção social da identidade:**

No caso de estudo de Anna D' Almeida, a sociedade permitia que as senhoras casadas, que pertencessem à classe média-alta/alta viajassem e até publicassem os seus livros, mas sempre com a autorização do marido. Anna Seguiu sempre os cânones que a sociedade lhe permitia seguir: viajou por países tropicais, houve muita ação, coragem e arriscou, e isso, ficava bem numa narrativa. Ela pagou para viajar por prazer, para ver, passear e usufruir das práticas, mantendo sempre o símbolo de status. Respeitou sempre o código comportamental da sua cultura, assim como a hierarquia e o poder foram sempre respeitados.

No caso de estudo de Isabel Tamagnini – a sua escrita reflecte a sensibilidade de um estrato privilegiado da sociedade, que considerava a escrita feminina como um passatempo tolerável de senhoras prendadas. Na sociedade portuguesa do séc XIX a liberdade da mulher encontrava-se limitada e os seus conhecimentos limitavam-se às artes de bem receber e às prendas domésticas, saber francês e piano. A mulher era vista como "mãe de família". Por este motivo ela recitava ser alvo de desvalorização e de ridicularização enquanto autora. Contudo ela contorna essa possibilidade afirmando que o seu diário não passará de uma "diversão" inconsequente, a partilhar com um restrito público feminino e familiar.

- **Estruturas de pensamento:**

Anna adquiriu certos valores e atitudes na sua cultura ao viajar para outra cultura. As estruturas de pensamento que tinha não eram, de forma alguma, partilhadas com os nativos. O racismo, o sentimento de desprezo e superioridade estavam inerentes nas suas estruturas de pensamento. Na viagem, ela representou as estruturas de pensamento e sentimento da época, da sua cultura.

Isabel rejeitou sempre os valores e atitudes das outras culturas e nunca alterou a sua estrutura de pensamento. Teve sempre uma visão de "nós" vs "eles", "norma" vs "desvio", "nosso" vs "outro". Demonstrou sempre as estruturas de pensamento femininas próprias de uma sociedade privilegiada portuguesa com os seus passeios, conversas, idas à missa e à observância rigorosa do calendário religioso. Acima de tudo demonstrou a oposição entre o "oriental selvagem" e o europeu.



- **Representação:**

Na sua viagem, Anna representa a mulher do Norte de Europa do séc. XIX, como forte e aventureira. Representava a mulher britânica que fazia caridade, tinha orgulho pela indústria (Revolução Industrial) e um orgulho nacionalista muito grande. Também espelha a atitude comum, branca e chique da mulher europeia.

Na sua viagem, Isabel representa a mulher portuguesa privilegiada do séc XIX, como pouca aventureira e interessada em soireés, passeios de carruagem e jantares, com orgulho da boa educação e rituais da sociedade. Demonstra perspicácia no detalhe familiar, religioso, comportamental, ético e estético. Espelha uma atitude comum de isolamento face à diferença, aos “selvagens”, de outra cultura.

- **Discurso:**

No discurso de Anna, deparamo-nos com uma ênfase especial em ver e colecionar vistos, pois pagou para obter prazer visual. O seu discurso resume-se à maneira de como os nativos se vestiam, como eram os locais que visitou e descreve tudo o que vê. Por exemplo, Anna descreve a receção a um grupo de senhoras japonesas de Nagasaki e o seu discurso apenas evidencia diferenças: como elas se sentavam (no chão); fumavam cachimbo, ignoravam o piano, etc. Eram essas diferenças que Anna escrevia no seu discurso. Contradiz-se no prefácio ao dizer que não iria criticar nada, que só escreveria por prazer. Ao longo do seu discurso é bem visível uma postura de criticismo e de opinião sobre as mais variadas “questões de homens” (política, economia, etc...).

O discurso de Isabel é feito com um ponto de vista “externo”. Para que ela possa falar do “desconhecido” (entenda-se a outra cultura) relaciona aquilo que vê com as semelhanças na sua cultura. Ela cria estereótipos para ordenar a realidade sócio-cultural desconhecida, comparando sempre com a aristocracia lisboeta. Faz uso de um discurso que apenas descreve, comenta e parodia. Narra aquilo com que se cruza na viagem com poucos detalhes. Ao chegar a Timor o seu discurso demonstra uma perspectiva etnocêntrica. Ela descreve com minúcia detalhes da indumentária e comportamento dos nativos, em longos parágrafos de sátira e comparações animalizantes.

- **Essencialismo:**

Anna era essencialista, como a maioria dos viajantes e é isso que acontece quando se conhece uma nova cultura. Por exemplo, ela descreve os nativos como pobres, fechados e oprimidos. Denomina-se de esteriótipo, pois nunca se conhecem todos os nativos e reduziu portanto, alguns nativos a um conjunto de traços negativos.

Isabel era essencialista. Ignorava os hábitos culturais de Timor, considerava-os não dignos de observação ou comentário. No entanto, comentava, criticava e satirizava. Criava esteriótipos baseados em comportamentos e indumentária de alguns nativos, reduzindo-os a um conjunto de traços negativos.

- **Civilização:**

No caso de Anna, os nativos são vítimas de uma “civilização inferior”, porque não lhes dá o estatuto de igualdade. Também são vítimas de sociedades não civilizadas e selvagens. Anna quer ser uma agente de “civilização britânica” e representante orgulhosa da pátria da revolução industrial. A sua narrativa tende a avaliar o nível de “civilização” de uma sociedade, pelo estatuto conferido às mulheres, algo que, na China, parece ser de fato miserável. O “selvagem” transforma-se em “civilizado” a todo o custo e até os turistas como Anna, estão conscientes do seu próprio papel como representantes privilegiados do império britânico, mesmo quando viajam por aventura e prazer.

No caso de Isabel, os nativos são uma “civilização inferior”, que não merece a sua atenção. Isabel não confere estatuto de igualdade, mas exerce comparações com o estilo de vida europeu, de forma a categorizar aquilo que não conhece. No entanto, essas comparações são feitas com o intuito de mostrar uma hierarquização, uma superioridade do “civilizado” vs “selvagem”.

- **Tradução intercultural:**

Anna compara diversas vezes a sua sociedade civilizada com a não civilizada e selvagem, por onde anda a viajar. Traduziu-se em múltiplas experiências que lhe permitiram ver o que era semelhante e diferente. Por exemplo, apesar de não fumar, não criticou as nativas de fumarem a sua cigarilha. Desde que não estivesse relacionado com ela, não se escandalizou nem criticou. Não houve uma nova identidade.

Isabel compara constantemente a sua sociedade civilizada com a sociedade selvagem pela qual viaja. Viu semelhanças e diferenças. A predileção por um determinado espaço – ou seja, a identificação com esse espaço – mede-se pela sua proximidade à matriz Europeia, como nos casos de Amboina, nas Molucas e, claro, Singapura (“Cada dia gosto mais de Singapura, é alegríssima e já me cheira um pouco a Europa. Durante todo o dia e noite há pelas ruas grande movimento”).

## Matéria toda:

Introdução à noção de cultura.

Raymond Williams afirma que “cultura” é uma das palavras mais complexas da língua inglesa. O mesmo ocorre com a polissémica “cultura” na língua portuguesa.

A partir do séc XVIII, a noção de cultura associou-se ao progresso espiritual e moral da humanidade. O termo cultura é muito utilizado para designar uma ópera, um concerto, um livro ou um quadro. A chamada “cultura de massas” está ligada a programas de televisão, filmes, revistas e jornais. No entanto a partir do séc XIX, com o crescimento dos estados-nação e o interesse pelo ‘folclore’, tornou-se necessário passar a falar de ‘culturas’, de modo a distinguir entre culturas específicas de diferentes nações, e também entre culturas dos diferentes grupos sócio-económicos dentro de uma nação. No início do séc XX a cultura é definida como sendo a forma de vida - no seu todo - de uma determinada comunidade.

Temos então 3 definições de cultura:

- Um processo geral de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético – cultura enquanto ‘civilização’;
- Os produtos e práticas da atividade intelectual e artística – cultura erudita;
- Um determinado modo de vida, de um povo, grupo, período histórico ou da humanidade em geral – cultura.

Cultura enquanto ‘civilização’ assenta no conceito de ‘civilizado’, que estabelece uma dicotomia com o conceito de ‘selvagem’. Esta realidade implica a existência de um “superior/culto” e de um “inferior/inculto”. Esta noção de cultura esteve na origem de inúmeras manifestações de desigualdade, opressão e colonialismo.

A “busca da perfeição” para Matthew Arnold: As oportunidades não deverão restringir-se a uma minoria privilegiada, devendo estar também acessível às “massas rudes e desinteressadas da humanidade”.

A noção de cultura de Arnold tem de ser entendida no contexto da sua época (séc XIX). Ele acreditava que a mecanização, a urbanização e o liberalismo económico iriam conduzir inevitavelmente à falência moral da sociedade. Para este pensador ser culto significava ter conhecimentos em vários domínios – filosofia, literatura, pintura, música – que considerava serem os melhores.

A cultura erudita estabelece uma oposição com cultura popular ou de ‘massas’.

Cultura de massas e cultura popular

Os meios de comunicação expandem a “cultura de massas” (cinema, rádio, televisão, revistas...). Isto provocou receio nas elites que acreditavam nos efeitos civilizadores da cultura erudita.

Matthew Arnold tinha o receio que a “cultura de massas” fosse utilizada no contexto de nascentes estados totalitários como a Alemanha e União Soviéticas, dos anos 30.

Temia-se que a “cultura de massas” fosse utilizada para a divulgação de ideologias subversivas e vivia-se um forte conservadorismo, traduzido num consenso cultural repressivo, como no caso da segregação racial, subalternização da mulher e das perseguições políticas.

Também no Portugal dominado pelo Estado Novo, a censura, a polícia política, a repressão, o colonialismo e a subjugação instituída da mulher contribuíram para o conservadorismo em geral da cultura.

No contexto do séc XX Dwight McDonald estabelece uma dicotomia passível de interpretação política, entre a cultura de massas e a chamada “folk art”, compreendida como a expressão genuína da cultura popular. Para ele os indivíduos modernos das sociedades industrializadas eram considerados seres fragmentados e alienados do sentido de comunidade:

“Folk art grew from below. It was spontaneous, autochthonous expression of the people, shaped by themselves, without the benefit of High Culture. Mass culture is imposed from above. It is fabricated by technicians hired by businessmen; its audience are passive consumers, their participation limited to the choice between buying and not buying”

Também no séc XX assistia-se em Portugal a uma estratégia de construção e utilização política-ideológica do folclore, sinónimo de tradições populares e suas manifestações. O Estado Novo adotou uma postura redentora e regeneradora da nação, assumindo a missão de resgatar a raça portuguesa do alegado decadentismo dos períodos liberal e republicano. A cultura popular seria a arma para reorganizar a sociedade. O Estado Novo pôde impor ao setor liberal, operário e urbano o modelo de celebração da ruralidade e a redução do povo ao “camponês”, agricultor, pescador e artesão. Para esta redução do povo muito contribuiu a erudição etnográfica.

Tal como McDonald, Hoggart achava que a classe urbana estava a ser destruída pela cultura de massas. Contudo Hoggart tinha uma visão mais otimista, ao admitir que apesar da fragmentação da classe de vida moderna, as pessoas “sem tendências intelectuais” podem tornar-se mais sábias à sua maneira, se se mantiverem a salvo das tentações da cultura de massas.

Para Hoggart a cultura não é só “o melhor que se pensa do mundo”, mas as atividades, produtos, práticas, arte e intelecto de um grupo, num determinado momento.

Práticas significantes e códigos culturais

Raymond Williams e a “definição social da cultura”:

A cultura é um sistema de expressão de significados e ideias, não só através da arte e da aprendizagem, mas também através dos comportamentos normais do quotidiano comum.

Exemplo de comportamentos: palmas, aliança, vestuário, etc...

Isto rompe com a “busca pela perfeição” de Matthew Arnold. Raymond defende que “culture is ordinary”, a cultura é comum. Todos pertencemos a um grupo com pensamentos ou formas de agir comuns que são designados por “estruturas de pensamento” (valores e atitudes que devem ser partilhados para haver comunicação)

Uma definição contemporânea de cultura poderá ser “a produção e circulação de significados”, isto é, os processos através dos quais a cultura é produzida e que formas assume, mais do que as simples “estruturas de pensamento” e formas de vida que estas revelam.

Stuart Hall afirma:

“Os membros da mesma cultura devem partilhar conjuntos de conceitos, imagens e ideias que lhes permitam pensar e sentir sobre o mundo e, portanto, interpretar o mundo, de forma mais ou menos semelhante. Devem partilhar, de modo geral, os mesmos “códigos culturais”.

Os códigos culturais organizam e regulam as práticas sociais, influenciam a nossa conduta e, por consequência têm efeitos práticos muito reais.

Assim a cultura está implícita em todas as práticas que não são apenas geneticamente programadas, mas que contêm significados e valores, a interpretar/descodificar pelo ator social. A cultura distingue aquilo que é humano daquilo que é meramente biológico, como são as ações de comer, beber e dormir.

Cultura e poder

Se encararmos a cultura enquanto “produção e circulação de significados”, então é na cultura que se formam os discursos através dos quais um grupo social ou comunidade legitima o seu poder sobre outro grupo ou comunidade. Mas é também na cultura que o poder e seus discursos podem ser contestados e modificados.

Exemplos de assimetrias de poder: discurso político, partidário e ou ideológico; nazismo; radicais islâmicos; províncias marítimas do Estado Novo; género.

Os textos que passam de “boca em boca” pelo povo na literatura, arte, música, mitos, provérbios, entre outros, são estruturas narrativas simples e móveis que André Lefevere

analisa na sua teoria das “grelhas culturais”. Lefevere sustenta que se podem extrair grelhas culturais que demonstram o papel e o lugar dos textos e discursos numa cultura e o papel que eles podem desempenhar noutra cultura. Este sistema demonstra claramente que os textos sofrem toda a espécie de variações de estatuto tanto no tempo como no espaço intercultural.

Exemplos de estruturas narrativas: descobrimentos; camões e lusíadas; padeira de Aljubarrota; fado e destino; ideal de família.

Segundo Bassnett e Lefevere, culturas como a francesa, a alemã, a inglesa e a portuguesa utilizam grelhas culturais semelhantes, com ligeiras variações, pois são as grelhas que herdaram da antiguidade greco-romana, ao longo das vicissitudes comuns da história. Outras culturas, como a japonesa e a chinesa têm grelhas culturais diferentes das nossas e que são comuns a outras culturas.

As grelhas culturais existem na cultura a um nível mais profundo do que o da linguagem. Ou seja, as grelhas culturais são criadas pelo ser humano, são construções históricas e contingentes; não são eternas, imutáveis nem sequer “existiram desde sempre”.

Edward Said escreveu que “as próprias nações são narrativas”. O poder de narrar, ou de proibir outros de o fazer, a apropriação da cultura pelo poder, é muito importante para o estudo da cultura e do imperialismo e constitui uma das maiores ligações entre ambos.

Exemplos de vozes silenciadas pelo poder: mulheres; cultura basca no franquismo; judeus; povos colonizados; escravos; católicos na Irlanda; etc...

Michael Chapman contextualiza os conceitos teóricos da memória cultural na realidade social e política da sua África do Sul natal, demonstrando, uma vez mais, a relação entre cultura, discurso e poder:

“A memória cultural é o conglomerado de mitos, provérbios, histórias, memórias, códigos, convenções, estereótipos, até mesmo anedotas, que dão a um povo a sua coesão, o seu sentido de pertença, crença e identidade...”

Ela diz ainda que nas sociedades em que a memória cultural é homogénea, esta dificilmente necessita de ser invocada. Naquelas em que a homogeneidade não é tão grande a memória cultural continua a ser invocada descaradamente pelas políticas do poder.

Representações e trânsitos interculturais

- Identidades pessoais e coletivas

A cultura está ligada aos grupos e instituições que formam uma sociedade, num determinado espaço e tempo. Cultura implica interação entre pessoas, grupos e instituições. No entanto apesar das práticas culturais serem produzidas pelas estruturas das sociedades, elas são

também produzidas pela subjetividade individual de cada pessoa. Do mesmo modo, as identidades que um indivíduo adota, de forma a definir-se a si mesmo são, pelo menos em parte, produzidas pelos contextos sociais e culturais em que se insere.

Arnold acreditava que a cultura poderia libertar o potencial do indivíduo e que iguais oportunidades deviam ser dadas a todos. Mas será que o acesso à cultura, tal como Arnold a vê, criará oportunidade de realização a todos? Existem na verdade restrições sociais e económicas externas que afetam uma pessoa “cultura”, devido ao seu sexo, raça, proveniência social, etc...

Jeffrey Weeks diz:

“A identidade tem a ver com pertença, com aquilo que temos em comum com uns e que nos diferenciam de outros. Basicamente, dá-nos um sentido de localização pessoal, um núcleo estável para a nossa individualidade. Mas tem que ver também com as nossas relações sociais, o nosso envolvimento complexo com os outros (...). Cada um de nós vive com uma variedade de identidades potencialmente contraditórias, que lutam dentro de nós por afirmação: como homens ou mulheres, negros ou brancos, heterossexuais ou homossexuais, (...)”

Interessa notar que as identidades são relacionais e contingentes, e não permanentes ou fixas. Os marcadores simbólicos têm efeitos reais na experiência quotidiana das pessoas, nas suas relações sociais.

Exemplos de marcadores simbólicos: vestuário; norma vs desvio; correntes alternativas (punk, gótico, metal); alcunhas...

Perspetiva essencialista vs. Perspetiva não-essencialista:

Essencialismo defende que a identidade é fixada num momento original, que existe um conjunto inerente de características pré-determinadas que pertencem a um determinado grupo, por oposição e distinção de outro, transcendendo a História.

Exemplo de grupos dominados pelo essencialismo: mulheres; judeus; negros; “bom povo português” durante o Estado Novo.

- A representação social da identidade

As nossas ações e experiências são moldadas pelo ambiente social em que existimos e pelas nossas relações com os demais. Mas a forma como agimos e nos vemos a nós mesmos também pode ser moldada pelas circunstâncias materiais e económicas do meio envolvente.

Karl Marx defendia que não é a consciência do homem que determina o seu ser mas, pelo contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Marx preocupava-se com a relação entre o indivíduo e os modos de produção e intercâmbio material, procurando demonstrar que a consciência humana não pré-existe às circunstâncias e experiências reais da vida, mas é antes produzida por essas circunstâncias, numa visão materialista da sociedade. A

possibilidade de escolha, de ação e auto-determinação é sempre constrangida pelas estruturas sociais, isto é, os fatores sociais têm impacto no nosso sentido de identidade numa grande variedade de formas complexas. Estamos perante uma noção de construtivismo social, de aprendizagem das identidades sociais, entendidas como o conjunto de expectativas, direitos e obrigações normativos atribuídos aos indivíduos pela sociedade e cultura em que se inserem.

Exemplos de identidades construídas/aprendidas: mulher/homem; rico/pobre; mãe/pai; poderoso/fraco...

Para Althusser o sujeito não é o mesmo que o indivíduo, é uma categoria construída, produzida pela ideologia. Também o corpo, por exemplo, já não é meramente biológico. As pessoas moldam o seu corpo também segundo estruturas e expectativas sociais. A construção social de identidade – a atribuição de significados e de expectativas por parte da sociedade – pode gerar estereótipos que vêm reforçar, positiva ou negativamente, uma determinada categoria social.

Os estereótipos reduzem os indivíduos a um conjunto de traços característicos exarcebados e geralmente negativos.

Exemplos de estereótipos: loira; brasileira; negro; feminista; bailarino.

- Trânsitos interculturais na globalização

Os sujeitos da diáspora transformam-se, em virtude de viverem entre culturas e línguas, em tradutores culturais. Numa perspetiva otimista, as novas identidades plurais nascidas da diáspora, das migrações e da globalização, por resultarem de um processo de hibridização e assimilação cultural, originarão uma cultura transfronteiriça de tolerância, pluralidade e conhecimento mútuo.

### Comunicação Intercultural

- A tradução como ação intercultural

A crescente mobilidade e a interação transfronteiriça têm conduzido a uma cada vez maior diversidade cultural e linguística e à consequente procura de uma comunicação intercultural eficaz, não só nas principais línguas a nível mundial mas também naquelas que são menos faladas, mas que estão a ganhar protagonismo na arena internacional. A tradução tem um papel a desempenhar, não só ao assegurar a compreensão mútua entre diferentes línguas e culturas nacionais, mas também no processo mais amplo de hibridização intercultural, que produz novos e diferentes tipos de identidade

Susan Bassnett e André Lefevere:



O estudo da tradução será o estudo da interação cultural e tem enorme poder na construção das representações das culturas estrangeiras, ao mesmo tempo que constroi a subjetividade coletiva dos seus recetores.